



Anais da Assembléia

Nº 61

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adellino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Smões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTES no exercício do mandato de Deputado. (04/92)**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1992
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e João Iensen.

As dezesseis horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Lourenço Fregoneze, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, Oswaldo Trevisan, José Artur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo e Renato Adur (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Dalton Machuca, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Duílio Genari, Elio Rusch, João Preis, Luiz Antonio Setti, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 690

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM que a votação da Proposição de Veto nº 089/90 ao Projeto de Lei nº 023/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que estabelece critérios para a liquidação de débitos do Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado (IPE), relativas às

contribuições previdenciárias de sua responsabilidade, seja votado separadamente.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(aa) PAULO MAIA
HEINZ HERWIG

Apoiamento: Ernani Pudell, Algaci Túlio e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

A matéria em questão é de importância fundamental para toda a sociedade do Estado do Paraná. Não se trata apenas de uma verificação das manifestações de vontade dos integrantes do legislativo paranaense, mas da própria mensuração de sua dignidade e do respeito que dispensam à classe trabalhadora de um modo geral. A proposição de Veto atesta efetiva consideração das autoridades político-administrativas circunstancialmente no exercício da administração pública estadual para com os seus servidores, sonhando a estes o pagamento de uma dívida reconhecida e cuja promessa de quitação serviu para eleger o atual Governador Roberto Requião de Mello e Silva. A votação em separado, portanto, é necessária, para que a sociedade civil, que está atenta aos atos do Legislativo, reconheça aqueles que cumprem efetivamente, na prática política cotidiana, as promessas feitas em campanha. A votação em bloco dissolve esta possibilidade, colocando num mesmo patamar, matérias de méritos distintos, merecendo, esta em especial, a votação em separado.

REQUERIMENTO Nº 693

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam, apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de 10 (dez) sessões, da Proposição nº 089/90, veto apostado ao Projeto de Lei nº 023/90, constante da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária de hoje em discussão única.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

REQUERIMENTO Nº 692

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por dez sessões, das pro-

posições n°s 039/91 e 041/91, vetos apostos aos Projetos de Lei n°s 047/91 e 041/91 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 694

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, a prorrogação da duração da presente Sessão Extraordinária por mais 02:30h (duas horas e trinta minutos).

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) CLEITON KIELSE

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das Proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões da Proposição n° 089/90, veto apostado ao Projeto de Lei n° 023/90, constante da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária de hoje, em Discussão Única.- Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões das Proposições n°s 039/91 e 041/91, vetos apostos aos Projetos de Lei n°s 047/91 e 041/91, de sua autoria.- Rejeitado.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Paulo Maia e Heinz Herwig, com apoio dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Algaci Túlio e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando que a votação da Proposição n° 089/90, veto apostado ao Projeto de Lei n° 023/90, seja votada separadamente.- Rejeitado.

A Mesa, na ordem da precedência, vai submeter a voto o Requerimento do Deputado Paulo Maia.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem).- Eu pediria que Vossa Excelência procedesse novamente a leitura do Requerimento do Deputado Paulo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê o Requerimento do Deputado Paulo Maia e do Deputado Alceu Swarowski).

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, em se tratando de matérias que foram votadas ainda no Governo anterior e tendo em vista a postura que vem adotando este Plenário a diversas Sessões de que esses Vetos deveriam e seriam todos eles votados em conjunto, esta é uma prática que nós já adotamos em diversas Sessões Plenárias, nós encaminhamos a votação neste momento, no sentido de não darmos aprovação ao pedido de destaque na votação desta matéria e também votaremos igualmente contrário ao Requerimento do Deputado Alceu Swarowski, que pretende adiar a discussão da Proposição 89/90. São proposições que foram votadas já há algum tempo, no caso específico desse ainda no Governo do ex-Governador Alvaro Dias e que encontram-se pendentes nesta Casa de apreciação. Já foram devidamente analisados pela Comissão de Justiça, encontram-se em condições de serem apreciadas no Plenário e por esta razão nós entendemos que dando sequência à prática adotada em outras ocasiões, nós iremos votar de forma conjunta todas as proposições, hoje constantes da Ordem do Dia. Nós iremos votar a favor do Requerimento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que propõe a apreciação conjunta de todas as proposições de Veto constantes da Ordem do Dia.

Neste sentido, solicito aos Senhores Deputados que votemos contrariamente ao pedido de destaque do Deputado Paulo Maia e outros Parlamentares, bem como também ao pedido formulado pelo Deputado Alceu Swarowski da retirada da Ordem do Dia desta Proposição.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

E óbvio que neste momento o nosso pedido de destaque causa uma preocupação bastante séria à Liderança do Governo, nesta oportunidade, porque justamente este Projeto n° 23, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, se reporta a um direito constitucional, se reporta a uma questão que envolve os servidores públicos do Estado do Paraná, que é o Instituto de Previdência do Estado, que hoje está falido. E por que está falido? Está falido porque o próprio Governo do Estado, em ofício que Sua Excelência o ex-Governador Alvaro Dias reconhece uma dívida de 400 milhões de dólares ao IPE.

E nós queremos, enquanto solicitamos este pedido de destaque ao referido Projeto, pedimos com o intuito de ver cumprida aquela promessa do Governador Roberto Requião, que nós já registramos aqui por diversas vezes, que foi motivo de campanha, que seria o "slogan" diz, eu já mostrei à Casa por diversas vezes, foi publicado na Folha de Londrina, que dizia que Re-

quão vai repassar verbas do Estado para o IPE.

Então, nós queremos, apenas, que neste momento se dê respeito a esta propositura, em virtude de que a própria Constituição aprovada por este Parlamento, garante que o Estado do Paraná terá que pagar, em 180 parcelas mensais, o que deve ao IPE. Por isso o destaque da nossa iniciativa. E quando na Legislatura de 91 este Projeto veio à apreciação, o autor, a pedido até da Liderança do Governo, dizia que seria retirado por 10 Sessões, naquela oportunidade. E este Veto reaparece após mais de um ano de retirada. Por isso, a nossa preocupação em referência a isto, é em respeito não à minha proposta, mas em respeito aos servidores do Estado do Paraná, que hoje passam por uma situação vexatória, uma situação vergonhosa, uma situação deprimente, com relação ao tratamento de saúde, que não existe, através do Instituto de Previdência!

Quando nós estamos pedindo destaque, nós estamos pedindo destaque pela relevância do Projeto, pelo respeito à vida e às famílias dos servidores públicos, que não têm sido respeitados e que não foram respeitadas no Governo Alvaro Dias e continuam não sendo respeitadas no atual Governo. Por quê? Porque o Instituto de Previdência só existe em Curitiba, em Londrina e atendendo muito mal. E se o Governo tivesse cumprido o que dispõe a Constituição do Estado do Paraná, e acatado, porque no próprio encaminhamento de Veto do ex-Governador Alvaro Dias, ele reconhece a dívida. O mesmo reconhece a dívida e diz apenas que o tesouro do Estado não teria condições de cumpri-la, porque ele já vem fazendo de formas diferentes, também. A dívida existe. E a tentativa de fazer com que este Projeto não seja discutido em separado e tentarmos derrubar este Veto, é simplesmente acobertar o "calote" que o Instituto de Previdência e os funcionários públicos do Paraná vêm sofrendo a largos anos, principalmente nos dois últimos Governos: Governo Alvaro Dias e o atual Governo do Paraná.

O que nós queremos é que se garanta o que a Constituição do Estado prevê: 180 meses para o pagamento de uma dívida. Ou então que se institua, neste Estado, o "calote" como responsabilidade do Estado do Paraná. Então, o nosso objetivo é pedir destaque pela importância, pela relevância desta matéria, que é integralmente constitucional. Constitucional, porque em momento algum a sua inconstitucionalidade foi reconhecida. E se o mesmo não veio, se o referido Veto não veio para aprovação em períodos anteriores, isto aí foi por uma manobra do próprio Governo, dentro da Casa, fazendo com que o Projeto retardasse,

fazendo com que acontecesse como hoje numa Sessão quase que totalmente esvaziada se aprovasse esse projeto ou melhor se rejeitasse esse veto, desrespeitando automaticamente uma lei maior que é a Constituição do Estado e volto a frisar quando naquela tribuna eu dizia do desrespeito à educação e me manifestava daquela forma quando fui atingido pelo próprio líder do Governo ele dizia que eu estava cometendo um crime grave porque tirava uma página da Constituição. Isto aqui não é tirar, isso é desrespeitar, isto aqui é desrespeitar a vida de mais de trezentas mil pessoas desse Estado, são os funcionários públicos e suas famílias, e o Estado tenta lavar as mãos da sua responsabilidade quanto a saúde lamentável em que se encontra o IPE e os seus servidores. Por isso eu creio que aqueles que tem responsabilidade com estes servidores votarão pelo destaque que estamos apresentando para que esse veto seja apreciado em separado nessa Sessão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu havia em atenção aqui solicitar o Deputado Alceu Swarowski e também Paulo Maia, havia dito que votaria pela votação em separado esse veto. Mas eu queria colocar em razão do discurso do Deputado Paulo Maia, em que citou a Constituição algumas vezes e tendo eu entendimento um pouco diferente da Mesa e até eu gostaria de ao término solicitar à Mesa ao Senhor Presidente, determine uma solução para casos como esses e para ser sucinto eu quero referir-me aos parágrafos do artigo 71, parágrafo 2º. LÊ:

"O veto parcial somente abrangerá texto integral, artigo, parágrafo..." não é o caso.

Parágrafo 3º: "Decorridos prazo de 15 dias, o silêncio do Governador importa em Sanção." 15 dias se o Governador não sancionando, o Projeto aprovado pela Assembleia, não vetando, importa em Sanção.

Depois vem parágrafo 4º: "O veto será apreciado em Sessão única dentro de 30 dias a contar do seu recebimento. Só podendo ser rejeitada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e escrutínio secreto. 5º: "Se o veto não for mantido será o projeto enviado para promulgação..." Parágrafo 6º: "Esgotado sem deliberação prazo estabelecido no parágrafo 4º que é de trinta dias que não foi durante o recesso Parlamentar o Veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata. Suspendendo-se as demais proposições até a votação final."

Disso quero entender Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós estamos votando vetos de 89 e 91, porque não foram votados, não foram discutidos, apreciados por esse Plenário, limpando as gavetas.

Mas decorreu um prazo, isso aqui é matéria vencida, não tem sentido votarmos isso ainda mais separadamente.

Imagine Deputado Paulo Maia se nós rejeitarmos o veto do Senhor Governador o que é que vai acontecer, se a Constituição diz que decorridos 30 dias na Sessão Única e seguinte, suspensa todas as outras proposições prioritariamente a Assembléia vai pronunciar-se sobre o Veto do Senhor Governador.

E agora decorridos tanto tempo quero no meu modesto entendimento que a Assembléia perdeu inclusive perdeu o prazo para tanto.

Inclusive gostaria que a Mesa, colocada a Casa em ordem, isto é estes Vetos apreciados no seu devido tempo, não mais estivéssemos aqui a discutir ou a considerar vetos após 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa antes vai decidir a questão de ordem levantada pelo Deputado Basílio Zanusso. Primeiro quer dizer ao Deputado Paulo Maia que não houve nenhuma predisposição da Mesa em colocar o Veto na Sessão de hoje porque o número de Deputados não seria suficiente para derrubar o veto, só se eu tivesse uma bolinha de cristal.

Quanto a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Basílio Zanusso, ela procede, em parte. Sua Excelência leu o Parágrafo 3º em parte, agora a Mesa não tem competência para determinar arquivamento de Veto. Os vetos que foram colocados na Ordem do Dia de hoje figurarão até que sejam votados.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu acato o entendimento de Vossa Excelência mas apenas para manifestar o entendimento deste Deputado. A Constituição diz que decorridos os 15 dias de prazo se o Governador não sancionar é considerado sancionado, da mesma forma, Senhor Presidente, decorridos os 30 dias para o Poder Legislativo aprecie o Veto do Senhor Governador, se não for feito em 30 dias a Casa tem que fazer uma primeira Sessão subsequente.

Se perder esta oportunidade, o Poder Legislativo, no meu modesto entendimento, perdeu a oportunidade e a competência para apreciar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência labora um pequeno equívoco. Nós não temos competência para arquivar. Se o Projeto não figura na Ordem do Dia foi por falta de procedimento da Mesa e também dos Senhores Deputados que estão no Plenário e que também podiam solicitar uma questão de ordem.

O SR. ALGACI TOLIO (Para Encaminhar) - Se-

nhor Presidente, eu lamento que a Bancada do Governo não tenha tido a mesma sensibilidade democrática que têm tido as Oposições, nesta Casa. Em várias oportunidades aqui temos votado com o Governo temos atendido apelos do líder do Governo para retirada de determinados Projetos, para adiamento de discussões.

Agora, não entendemos porque não a votação em separado dos destaques, não se aceitar os destaques para determinados vetos. Ora, se há uma preocupação maior, por parte da Bancada do Governo de derrubar o veto do IPE, eu não entendo que 3 vetos, a 3 Projetos de minha autoria, que são projetos de alto alcance social venham a ser prejudicados numa votação única, como o Projeto dos CIEPs, o Projeto para certidões para os idosos, quanto vai custar isso para o Governo do Estado? Não cobrar, liberar as taxas para os idosos? Como já se faz aqui nesta Casa em projeto de minha mesma autoria que possibilitou para que os idosos, tão logo o Governo Federal determinasse que os maiores de 65 anos não pagariam transporte coletivo mas para isso teriam que fazer uma nova carteira de identidade, para que fosse grifado, Maior de 65 anos, esta Assembléia aprovou um projeto de minha autoria isentando a taxa para uma nova carteira de identidade.

Será que vai empobrecer o Governo do Estado isentando os idosos? Com relação à facilitação deles na sociedade, para que os maiores de 65 anos possam andar de graça no transporte coletivo, com a nova identidade? Para isso precisam de Certidões que não usam há pelo menos 40 anos já! Será que isso vai empobrecer o Governo do Estado? Ora, será que também o meu projeto que está sendo vetado por Sua Excelência o Governador, com relação a menores e deficientes, que permita algum incentivo fiscal a empresas que contratam menores, que contratam deficientes físicos, será que isso vai empobrecer o Governo do Estado na redução de algum imposto? Eu não posso aceitar Sr. Presidente esta votação única para todos os Projetos, não consta do Regimento da Casa, consta apenas entendimento de Plenário e eu faço um apelo ao Plenário e à Bancada do Governo do Estado para que seja sensível a isso. Nós temos colaborado com o Governo e queremos até, quem sabe ser derrotados se for o caso, mas ser derrotado com dignidade, saber que o nosso Projeto, que o veto de Sua Excelência, o Governador, foi votado aqui nesta Casa separadamente a cada um dos Projetos.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, quanto a questão do IPE, da dívida do Es-

tado para com o IPE...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados devem se ater ao Requerimento do Deputado Alborghetti que solicita a votação global dos Projetos.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - É necessário uma introdução para ter argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência fará a introdução.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Depois da argumentação.

Então, como introdução. Senhor Presidente e Senhores Deputados, naquela ocasião do veto o Governador Alvaro Dias argumentava que o Estado não tinha 400 milhões de dólares para pagar; e hoje chega em nossas mãos a resposta a um Requerimento que fizemos ao Instituto de Previdência do Estado que diz o seguinte na resposta de um dos quesitos: "Quanto a denúncia de que a dívida do Estado para com o IPE chega atualmente a 400 milhões de dólares..."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não está na introdução, está no âmago.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sim, no âmago da introdução. Esclarecemos que quando houve por parte do Deputado Anibelli a iniciativa de regulamentar o artigo 38 da Constituição Estadual, que determinava o pagamento por parte do Estado ao IPE da dívida previdenciária, o ex-Governador declarou ao Jornal "Diário Popular" esse valor.

Dai podemos concluir com base nessa declaração que à época o valor correspondia a 400 milhões de dólares, porém, a dívida não é corrigida em dólares. No entanto, a dívida existe, não é corrigida porque ela não foi feita em dólar, mas assume agora mesmo a direção do IPE a dívida do Estado para com o IPE. É importante para nós votarmos em separado esse Requerimento porque diz justamente respeito à dívida. Nós não podemos misturar todos os Requerimentos e votá-los como se todos fossem a respeito do mesmo assunto; essa questão específica desse Projeto é dessa dívida e a própria Constituição assume que o Estado tem que pagar, é o próprio Governador do Estado em campanha assumia. Eu sei que falar aqui não convence ninguém e não abre a consciência de ninguém porque até a consciência de alguns já está fechada há muito tempo em relação a classe trabalhadora e em relação aos servidores do Estado. Nesse sentido, faço a mesma questão levantada anteriormente, nós do Partido

Curitiba, quinta, em 14.05.92

dos Trabalhadores nos retiraremos para não dar quórum nesta questão, porque nós não vamos nos colocar ao lado do Governo dando quórum para que seja mantido esse veto.

Nós queremos esse veto derrubado e por isso nós nos retiraremos para não ter quórum nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quem participou do processo de votação, que se retirar do Plenário, será descontado o seu jeton.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos devolvendo o jeton de todas as Sessões Extraordinárias porque já percebemos o salário de Deputado e continuaremos devolvendo mesmo ao Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência será descontado se se retirar do Plenário.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Alborghetti que solicita a votação englobadamente, se conservem como estão, sem prejuízo da apreciação dos destaques. Aprovado.

O SR. PAULO MAIA - Requeiro verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal).

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, diante das ponderações feitas por Vossa Excelência quanto à presença e evidentemente à ausência de alguns parlamentares que participaram do processo de votação dessa matéria. Eu indago à Mesa se consta a presença do Deputado Paulo Maia tendo em vista que foi ele o autor do Pedido de Verificação de votação.

Portanto está ele fazendo parte do processo de votação, embora nos parece que não tenha respondido à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 160, § 2º: "Durante o tempo destinado à votação nenhum Senhor Deputado poderá deixar o recinto das Sessões. Determino o Senhor 1º Secretário que conste a presença do Deputado Dr. Rosinha e o Deputado Paulo Maia.

O Requerimento está aprovado.

O SR. ALGACI TOLIO - Senhor Presidente, qual o número de presentes.

O SR. 1º SECRETÁRIO - 29 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há requerimento do Deputado Algaci Túlio solicitando a retirada dos dois Projetos, 39/91 e 41/91. Votos apostos ao Projeto de autoria do Deputado Algaci Túlio.

A Mesa tem sido condescendente nesses casos, tem colocado em votação aquilo que acha, entende que é um direito legítimo do Deputado autor do Projeto a retirada dos projetos de sua autoria quando por ele solicitados. Esse é o entendimento da Mesa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Esse também é o entendimento da nossa parte, e quero crer de outros Parlamentares, quando se trata evidentemente de projetos de lei que estão sendo votados na Casa. A partir do momento que o Projeto foi apreciado, votado nesta Casa e se transformou numa Lei, foi ao Governador e se transformou num veto, eu entendo que não procede mais essa prática, acho que nós estamos vivendo agora uma situação diferente, no caso dos Projetos, todos nós estamos acordados com a postura da Mesa, mas em se tratando de veto, me parece que já não é mais o Projeto de Lei que está em questão e sim o Veto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter a votos, com o entendimento que ao autor cabe solicitar a retirada dos Projetos de sua autoria. Mas o Plenário vai decidir. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Algaci Túlio conservem-se como estão. Rejeitado.

Há requerimento do Deputado Alceu Swarowski, também retirando da Ordem do Dia por 10 sessões, o Projeto e a Proposição 89/90. Rejeitado.

Destaque requerido pelo Deputado Paulo Maia e outros Senhores Deputados. Os Senhores Deputados que aprovam o Destaque, conservem-se como estão. Rejeitado.

Vai se proceder a votação global.

O SR. ALGACI TOLIO - Senhor Presidente, solicito encaminhamento de votação.

Indago de Vossa Excelência, eu vou encaminhar quatro Projetos, se eu tenho direito ao tempo em cada um dos Projetos, cada um dos vetos?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência só poderá discutir englobadamente.

O SR. ALGACI TOLIO - Eu tenho direito de

ter um tempo determinado em cada um dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência terá o tempo, se quiser discutir, de uma hora.

O SR. ALGACI TOLIO - Não seria tanto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trinta minutos.

O SR. ALGACI TOLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu vou começar o encaminhamento pelo Veto em relação ao Projeto do Deputado Antônio Annibelli, que estabelece critérios para a liquidação de débitos do Estado junto ao Instituto de Previdência, o IPE, relativa às contribuições previdenciárias patronais com relatório da CCJ, considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, se tem sido uma luta nesta Casa deste Parlamentar, é com relação ao IPE, e eu até me recorro, pena que não tenho em mãos um dos meus primeiros requerimentos de 1986, quando assumi uma das cadeiras nesta Casa, foi exatamente pedir, ao então Governador do Estado, Alvaro Dias, o cumprimento em relação às dívidas para com o IPE, foi um dos primeiros requerimentos.

Fui também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, um dos autores de emendas que garantiram na Constituição o artigo 38 das Disposições Transitórias, que diz o seguinte:

- Os débitos do Estado, relativos às contribuições previdenciárias junto ao Instituto de Previdência do Estado, o IPE, existente até a data da promulgação desta Constituição, serão liquidados com correção monetária o equivalente em cento e oitenta prestações, dispensados os juros e multas sobre eles incidentes, divididos em parcelas mensais de igual valor na forma da lei.

Eu lamento profundamente que aqui neste Plenário, alguns Parlamentares que me ajudaram a fazer esta lei para a melhoria, para salvar o IPE, hoje vote contrário, não respeitem a própria Constituição que me ajudaram a fazer nesta Casa. É uma incoerência que não tem tamanho!

Senhor Presidente e Senhores Deputados, por falta de dinheiro que os governos não passaram, não repassaram, eu acredito que até governos anteriores ao próprio PMDB não tenham repassado esse dinheiro para o IPE, por falta desse dinheiro o IPE suspende consultas, está desconveniando médicos e não pode pagar o 13º salário integral às pensionistas e aposentadas.

E nesta Casa eu dei entrada também do

Projeto de Lei que no final do ano passado acabou sendo derrubado por este Plenário, que visava ao pagamento integral do 13º salário aos pensionistas do IPE, infelizmente, foi derrubado pelo Plenário desta Casa.

Ainda em relação ao IPE, exatamente em cima do 13º salário. Está aqui o projeto: o Artigo 1º da Lei Estadual 7.777, de 13 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Os pensionistas do Instituto de Previdência do Estado, o IPE, receberão à parte e exclusivamente no mês de dezembro de cada ano, uma gratificação especial correspondente ao valor integral da pensão normal, evidentemente, do mês.

Infelizmente, com todas as justificativas, demonstrando aqui por números e mais números, leis e mais leis, o projeto foi derrubado exatamente no momento em que ações davam entrada na Justiça. O Projeto de Lei, além de ser amplamente constitucional, não foi aceito pelo Plenário. E nós vimos, então, uma sequência de ações que foram impetradas na Justiça, várias liminares e mandados de segurança impetrados por pensionistas para assegurar que lhes sejam pagos os 13º salários de 88, 89 e 90, no mesmo valor das pensões normais do mês de dezembro. E a situação atual sobre a matéria evidentemente não foi correspondida pelos Senhores Parlamentares.

Vou mais além ainda. Fiz um Pedido de Informações ao Governo do Estado, procurando saber a real situação do IPE, procurando saber em que situação estava o repasse das verbas para o IPE, e a resposta que me foi passada nesse pedido de informações, foi a seguinte:

"Que procedendo estudos com vistas ao cumprimento do disposto no artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Estadual e também no sentido da instrumentalização legal de um novo sistema de previdência aos servidores públicos, o qual abrangerá os benefícios de aposentadoria, pensões, seguro de vida e outros.

Quanto às obrigações do Estado, em relação à assistência aos servidores públicos, o que aliás consiste objetivo central da norma transitória constitucional, antes apontada, os estudos e levantamentos até agora realizados, têm revelado uma certa complexidade de cálculos e montantes, porque a rigor não se poderá deixar de levar em conta os encargos que o Estado vem dispendendo de forma indireta, mas de indiscutível realidade. Tais como, por exemplo, a assistência médica, odontológica, prestadas não pelo IPE, a quem caberia fazê-lo, mas por várias unidades administrativas aos servidores em suas respectivas lo-

cações.

Um dado importante aqui minha gente. Um dos itens que eu solicitava ao Governo do Estado era com relação à dívida do IPE. Aí vem a resposta:

Portanto, com relação a este aspecto e enquanto os números reais não forem conhecidos, poder-se-á até admitir a hipótese de que o Estado dava muito pouco ao IPE, ou até que este Instituto é quem tem débitos para com o Estado.

Quer dizer, incrível a resposta que foi dada aqui neste item.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, infelizmente a bancada governista, nem sequer em respeito a esta Casa, fica em Plenário. Na sua maioria votou, está satisfeita, vai tratar de assuntos particulares lá fora e não fica no Plenário para, pelo menos, contradizer aquilo que nós estamos dizendo aqui nesta tribuna.

Este é o respeito da bancada do governo para com o servidor público e o Estado do Paraná.

Com relação aos outros vetos em projetos de minha autoria, aliás, só para complementar, aqui dizer também aos Deputados do PMDB e aqueles que apoiam o governo do Estado, aqui nesta Casa, que as pensionistas do IPE já criaram a Associação das Pensionistas do IPE e ela funciona na Rua Tibagi, 770, endereço que algum Deputado do PMDB poderá fazer uma visita e ver a situação precária em que vive hoje o pensionista do IPE.

O veto ao projeto de autoria da ex-Deputada Arialba Freire, que esteve nesta Casa na legislatura passada, temporariamente, ela fez um projeto de lei em que autorizava o Governo do Estado do Paraná a implantar Centros Integrados de Educação Pública conforme a Lei. Projeto dos CIEPs da ex-Deputada Arialba Freire.

Vejam que nem sequer este projeto, que hoje é uma realidade, o Estado do Paraná vai ganhar CIEPs, já está ganhando. Araucária já ganhou CIEP. CIACs do Collor e no entanto o Governo do Estado veta a criação dos CIEPs a nível do Estado do Paraná.

Então vejam, projeto foi elaborado, foram utilizados dados do requerimento sobre educação integral e aliás coincidentemente eu li o artigo do jornal O Estado do Paraná, que elogia a atitude do Prefeito Jaime Lerner na criação dos Centros de Educação Integral. O veto aqui é de uma inocuidade a toda a prova. Já que o projeto apenas autoriza o Governo a implantar uma concepção pedagógica. Ninguém quer dizer a forma como isso será feito entre Estado e Municípios. Seria apenas uma contribuição válida e voluntária do Poder Legislativo à educação do Estado do Paraná.

O veto em relação a um projeto de mi-

nha autoria, em que diz o seguinte:

Que isenta os maiores de 65 anos do pagamento das taxas de expedição da segunda via de certidões de nascimento, casamento e óbito. Quer dizer, até para morrer, o pobre no Paraná vai ter que pagar a Certidão de Óbito, porque o Governo do Paraná acha que pode quebrar o Tesouro do Estado, fazendo de graça o óbito para os pobres que morrerem aqui no Estado do Paraná.

É lamentável.

Com relação a este projeto o mérito está destacado amplamente na justificativa do Projeto e a constitucionalidade está testada minha gente, claramente, no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o que vale perguntar: Os Senhores Deputados acham que os idosos merecem ou não a facilitação de sua participação na sociedade? Manter o Veto neste Projeto é abortar uma solução para problemas da população idosa, como o sagrado preço de passagem de ônibus. Os maiores de 65 anos só podem andar de graça no transporte coletivo com a nova carteira de identidade. Ele não pode, não tem dinheiro para tirar uma certidão de nascimento, uma certidão de casamento, uma certidão de óbito, vai ter dinheiro para pagar taxas para uma nova carteira de identidade, que possibilite a ele passear de graça, a ele andar de graça, até trabalhar de graça, o maior de 65 anos? Para isto precisam de certidões que não usam há pelo menos 40 anos.

Por que então, criar obstáculos? Por que se esforçar juridicamente para encontrar um Parecer, para encontrar um empecilho a um benefício tão simples como este que se pretende instituir. Não é apenas incompreensível este Veto. Ele é acima de tudo cruel. Ele é hediondo para o idoso, para a camada mais pobre deste Paraná. Partindo de um Governo que se diz voltado para as causas sociais. Onde é que estão estas causas sociais?

Outro Projeto de minha autoria vetado pelo Governo do Estado, Projeto que diz que se cria estímulos fiscais e creditícios a empresas que preencham no mínimo 10% dos seus quadros de pessoal com menores carentes e deficientes físicos, na forma que especifica. Quer dizer, com parecer favorável da CCJ, considerando o projeto totalmente constitucional. Não existe, depois da promulgação da Constituição, Lei Federal regulamentando a forma como os incentivos fiscais serão concedidos.

Portanto, na falta de uma Lei Federal, a Lei Estadual poderá vigorar, desde que não incorrendo em inconstitucionalidade. Ademais esta mesma Assembléia Legislativa já concedeu outros benefícios fiscais no mesmo sentido e sem o mesmo alcance so-

cial. Ora, minha gente, não dá, honestamente, para entender a posição do Governo que aí está.

O Governo que se diz social, o Governo que se diz preocupado com as camadas mais pobres deste Paraná, quando vem vetar projetos que legalmente estão amparados por Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça desta Assembléia Legislativa.

Eu lamento profundamente, não por ser um projeto de minha autoria, porque na verdade depois de aprovado ele passa a ser projeto de autoria de todos os parlamentares desta Casa, mas eu lamento profundamente esta tomada de posição. Primeiro o fato de termos que votar englobadamente todos os Vetos.

Isto na verdade afronta o direito de cada um dos Parlamentares em discutir, em poder discutir, em poder ver votado separadamente o seu projeto. E agora, lamentavelmente, a tomada de posição fechada da Bancada do Governo do Estado do Paraná, com os seus aliados nesta Casa, que eu gostaria de saber como se portarão nas eleições, nas suas cidades, nos seus municípios, nos seus Partidos, dizendo que vêm para a Assembléia em defesa do idoso, dizendo que vêm a Assembléia em defesa daqueles menos favorecidos.

Que demagogia barata, minha gente. Lamento profundamente, na Capital do Estado do Paraná, nesta Curitiba, nós estamos dando resposta. E ainda hoje pela manhã, para dar um exemplo a esta Casa, eu fui na periferia da cidade, implantar um projeto, o projeto Tudo Limpo.

É um projeto que visa dar, pelo menos, um pouco de sobrevivência para esta população que veio do Interior do Estado, expulsa pela tecnologia que invadiu as grandes fábricas, as grandes indústrias, que invadiu as grandes fazendas. A máquina chegou. Aonde trabalhavam trinta, trabalham só cinco. Vinte e cinco estão desempregados. Ficariam fazendo o que em suas cidades? Esperando a morte chegar? Vendo seus filhos sem nenhuma condição de sobrevivência. Vendo seus filhos sem qualquer possibilidade de poder chegar à escola, de poder ter um atendimento mais adequado de saúde. Vieram para a cidade grande. Curitiba, a exemplo de São Paulo, Rio, grandes capitais, é também uma cidade inchada por uma população pobre, vinda da terra de cada um dos Senhores Deputados que estão aqui, nesta Assembléia.

E nós, procurando pelo menos dar um pouco de sobrevivência, implantamos o Projeto Tudo Limpo. E no que consiste este Projeto? Consiste em utilizar esta mão-de-obra que está desempregada, em utilizar esta mão-de-obra para ajudar a Prefeitura na limpeza da Cidade, pagando hoje a cada um dos trabalhadores, contratados via

associação de moradores, um total de 12 mil cruzeiros diários, o que dá além do novo salário mínimo.

Passa de 240 mil cruzeiros por mês.

Isto nós estamos fazendo aqui na Capital do Estado, sem contarmos os cem números de outros projetos, que acabam somando-se a cada um, dando mais do que um salário mínimo a cada morador da Cidade de Curitiba. Isto nós fazemos, aqui, porque é acima de tudo um Governo com sensibilidade, um Governo com respeito! E todo o Governo que tem respeito, acontece como acontece nas pesquisas: 86% de aprovação à Administração do Prefeito Jaime Lerner.

Reconhecemos que falta fazer muita coisa em Curitiba. Mas, a nossa parte, exclusivamente a parte do Município, nós estamos fazendo! Com poucos recursos, com quase nenhum recurso do Governo do Estado do Paraná...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concede-me um aparte?

O SR. ALGACI TOLIO - ... que nem sequer as valetas onde corre o esgoto são fechadas! Esta valeta está a céu aberto, aí, provocando cólera e outras doenças a esta população, que veio da sua Cidade, Deputado Orlando Pessuti, que veio da Cidade de cada um dos Senhores Deputados com assento nesta Casa! A nossa parte, Senhores Deputados, nós estamos fazendo! Porque temos sensibilidade! Porque pisamos na poeira! Pisamos no bairro, na periferia da Cidade, o que certamente não acontece com o Governo do Estado do Paraná, que nem sequer respeito ao idoso tem.

Senhor Presidente, eu encerro por aqui para não cansar a Bancada do PMDB, que está doída para deixar o Plenário, que quer tratar de seus problemas particulares. Mas, esquece de tratar do problema social deste Paraná, que esquece de tratar do problema do idoso, do deficiente físico.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TOLIO - Quando na Prefeitura de Curitiba existe até um departamento para isso, que cuida do deficiente físico! Lá existem funcionários contratados, deficientes físicos e menores, também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu não posso ouvir calado as insinuações do Deputado Algaci Túlio...

Curitiba, quinta, em 14.05.92

O SR. ALGACI TOLIO - O Senhor não ouve calado. O Senhor ouve pela sua audição e responde pela boca.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu não posso concordar com a fala do Deputado Algaci Túlio, que vem aqui atacar...

O SR. ALGACI TOLIO - Nem poderia esperar que o companheiro concordasse!

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - ... a Bancada do PMDB e a Bancada dos Aliados, dizendo que nós estamos fazendo demagogia e fazendo coisa parecida, dizendo que a Bancada do PMDB se ausenta do Plenário. A chamada nominal que foi feita, Senhor Presidente, demonstra claramente que quem fugiu do Plenário foi a Bancada do PDT, foi a Bancada de outros Partidos e não do PMDB e do Bloco dos Aliados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há Questão de Ordem.

O SR. ALGACI TOLIO - Não procede a Questão de Ordem do Líder do Governo. É um direito de cada Bancada, nesta Casa! (Discussão no Plenário).

Se nós entendemos que seremos derrotados, aqui nesta Casa. Nós, não! O idoso, o deficiente físico, o menor, os CIEPs derrotados, o IPE, o servidor público, nós entendemos que a política - isto é na própria Constituição, no Regimento da Casa - é um direito de cada Bancada! Quantas e quantas vezes, Deputado, Vossa Excelência esvaziou o Plenário desta Casa...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Mentiras!

O SR. ALGACI TOLIO - ...por interesse seu. Quantas vezes a sua Bancada sequer veio ao Plenário, no horário regimental de uma Sessão! Não venha querer dar lição para a gente, não, Deputado. Eu lamento profundamente!

Não é em meu nome. Eu lamento em nome do idoso, em nome do deficiente, em nome do menor de rua desta Cidade, deste Paraná, que veio lá do Interior tentar sobreviver aqui em Curitiba.

Eu lamento profundamente.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Dr. Rosinha, para discutir, antes porém há um Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, requer a prorrogação da Sessão por mais duas horas e trinta minutos. Senhores Deputados que

aprovam. Aprovado.

O DR. ROSINHA (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por uma obrigação democrática do Regimento Interno que diz que mesmo ausente eu devo estar presente já que presente estou vou falar para que mereça o jeton da Bancada Governista uma vez que ela está aí nada mais do que para isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu informo, Doutor Rosinha, que a Sessão Extraordinária não recebe mais "jeton".

O DR. ROSINHA - A Mesa está de parabéns por essa decisão.

(Vozes paralelas)

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, só uma questão de ordem: eu estou encaminhando ou estou discutindo a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encaminhando.

O DR. ROSINHA - Nós, qualquer um dos cidadãos aqui presentes, ao andar nas ruas da nossa Cidade observamos miséria, menores abandonados, pessoas pobres e famélicas que caminham por esse Estado afora, não só na Capital do nosso Estado.

São trabalhadores que a vida inteira contribuíram para o crescimento do País, e sem ele saber para o enriquecimento da elite brasileira, e sem ele saber com o favorecimento dos Parlamentares aos quais ele recorria e votava como esperança na época das eleições. São trabalhadores e filhos de trabalhadores que nas ruas pedem favores, outros pedem esmolas, e os mais desesperados assaltam, achando que com isso ele consegue continuar vivendo e conseguem sobreviver.

Esses são frutos das políticas econômicas dos Governantes brilhantemente respaldados pelos Parlamentos brasileiros e pelos Parlamentares. E muitos dos Parlamentares que aqui se encontram, principalmente aqueles que defendem a política de Governo Roberto Requião têm contribuído com isso no nosso Estado e isso vem se engrossando justamente com a fila dos trabalhadores, servidores públicos estaduais, com o grave e sério achatamento salarial que eles vêm sofrendo.

Não bastasse o achatamento salarial, não bastasse o desemprego, ainda o Governo do Estado, ainda não contribui com a sua parte, que é o de repasse para o IPE. Não repassando para o IPE, nós vamos ter os aposentados do Estado nas ruas da cidade do Estado do Paraná, para poder sobreviver.

Portanto, o justo e o correto que é

cumprir a Constituição que o Senhor Governador não cumpre e que seria justo e correto que esse Parlamento obrigasse o Senhor Governador a cumprir, esse Parlamento se esconde e se omite nesse momento importante, não faz isso.

É esse o papel que têm tido alguns dos Senhores Parlamentares, dos quais nós condenamos e cobramos posição e queremos a posição pública, que eles devem assumir, e como se eles agem aqui dentro e lá fora fazem outro discurso? Lá fora é a promessa para o pobre e o sofrido, para aquele que não tem mais esperança, ao chegar um candidato perto dele, pedindo voto ele enxerga uma esperança e pensa que é a luz e vota, e aqui dentro o candidato a primeira coisa que ele faz é trair aquele que votou nele!

Esse tem sido o comportamento em relação a salário, saúde e educação!

Hoje, durante o discurso do Deputado Paulo Maia, num aparte do Deputado Orlando Pessuti, este disse que o Governo Roberto Requião é democrático. Tão democrático que ele fez um decreto para as eleições nas escolas! Isso é ser democrático! É ditar aquilo que eu quero que se cumpra!

Esse é o comportamento autoritário que tem o Senhor Governador! E esse comportamento autoritário é refletido aqui no Parlamento e é seguido pelos seguidores do Senhor Governador, cumprindo tudo que ele manda, de medo de perder o clientelismo e o fisiologismo, que é isso que eles têm! E medo de perder as chamadas bases clientelistas, as bases fisiológicas, é esse o medo que faz dizer que o Governo Requião é democrático, decretando tudo, e eles obedecendo!

A respeito da Saúde é o mesmo comportamento: democraticamente ele baixa um decreto criando um Conselho, e aí é um Governador democrático: "Eu concedo que vocês, sociedade, participem, eu concedo que as entidades participem". E aqui dentro são poucos os Parlamentares que levantam a sua voz contra o autoritarismo, contra o massacre do trabalhador, contra o achatamento salarial, a maioria diz: "Sim, Senhor", e aceita.

A democracia do Governo Roberto Requião e da sua Bancada é a mesma democracia do Governo Collor de Mello e a Bancada de sustentação de Collor de Mello em Brasília, é igualzinha, como sempre foram 90% de Medidas Provisórias inconstitucionais do Congresso Federal e foram as 90% aprovadas pela bancada governista que sustenta Roberto Requião.

Aqui, qualquer proposta, mesmo constitucional, como esta que estamos analisando, de veto, é vetada pelo Sr. Governador e a Bancada governista mantém a mesma posição de subserviência ao Poder Executivo,

não lutando ao lado dos trabalhadores.

Então não há diferença entre o Governador Collor e o Governo de Roberto Requião!

O SR. OSWALDO TREVISAN (Questão de Ordem)
- Sr. Presidente, a minha questão de ordem tem fundamento no artigo 282 do Código de Processo Civil, e que por ser norma de Direito Público, aplica-se subsidiariamente ao Regimento Interno...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há questão de ordem a decidir, o Deputado Rosinha está com a palavra.
Código Civil é lá no Tribunal de Justiça.

O DR. ROSINHA: - Eu pensei que já viesse com o Código Penal também uma vez que é difícil discutir democraticamente recorrer ao Código Civil, ao Código Penal e outros códigos.

Este é o medo do debate e o medo de enfrentar os trabalhadores lá fora! Dizia eu que aqui foi dito que as bancadas de oposição fugiram deste Plenário. Não, nós não fugimos nós nos colocamos ao lado dos trabalhadores, e hoje ao ver o massacre que novamente querem impingir aos trabalhadores e servidores públicos do Estado nós nos colocamos ao lado deles e como eles não estão aqui nós também saímos. Nós nos colocamos ao lado dos trabalhadores e vamos lutar com eles e com toda a sociedade. E não nos colocar aqui ao lado de quem os está oprimindo.

Por isso é que a Bancada do Partido dos Trabalhadores se ausentou, e mais uma vez eu reafirmo, estou aqui porque foi dito que o Regimento Interno me considerava como presente, mas eu me retiro, porque eu não voto e com o meu voto não contribuirei para o achatamento salarial, para a opressão de servidor, e para a não contribuição dos direitos obrigatórios do Estado para com o IPE, esse voto não terá.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Paulo Maia para encaminhar.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu creio que quem fala mais forte nesta Casa não é o Deputado que neste momento usa a tribuna, ou dos Deputados que por esta tribuna passaram; o que fala mais forte, ou deveria falar mais forte, são as leis aprovadas por este Parlamento e que infelizmente muitos daqueles que aprovaram depois reprovam essas decisões que diziam ser decisões que atenderiam aos anseios do Paraná e da sua sociedade.

Nós vemos isto e temos de fato que concordar quando a população se manifesta

pelo descrédito na classe Político-Partidária, porque eu volto a frisar, é com propaganda deste tipo que se ganha, ou que se ganhou eleição no Estado do Paraná, é com este tipo de demagogia que se enganou a opinião pública, é com esse tipo de demagogia que se dizia ao povo que no Governo que se elegeisse cumpriria essa proposta.

Isto aqui mais uma vez, queremos que fique registrado: "Requião vai repassar verbas do Estado para o IPE". Isto foi publicado na "Folha de Londrina" na campanha do Governador Roberto Requião. Você, melhor que ninguém, como funcionário público, sabe que há muitos e muitos Governos a qualidade dos serviços prestados a você e sua família vem se deteriorando, uma das razões é o não repasse de recursos devidos pelo Estado ao IPE.

Isso aqui está dito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não está dito pelo Deputado que vos fala, está dito pelo Governador Roberto Requião e por aqueles que o apoiaram, está dito que o dinheiro do IPE seria garantido e esta Casa não cumpre aquilo que prometeu, aquilo que garantiu o seu Líder maior, que é o Governador Roberto Requião. Quem está mentindo, quem votou ou quem está vindo à tribuna falar a verdade, mostrar a realidade dos fatos? O IPE está nesta situação caótica, nesta situação lamentável, e o IPE existe quando o MDB era oposição, quando os Governos da revolução - criticados pelo PMDB - eram Governos que davam o atendimento digno à saúde do IPE.

Hoje, aqueles que o sucederam, dizendo-se democráticos, praticam este assassinato contra os servidores públicos do Estado. Mais adiante, diz a referida nota assinada pelo Governador Roberto Requião: "uma das razões é o não repasse dos recursos devidos pelo Estado ao IPE, o que tem origem na rigorosa crise econômica que há anos se abate sobre o Brasil e tem empobrecido indistintamente ao País, Estados e Municípios. Com Roberto Requião Governador isso vai acabar."

E de fato está acabando porque a maioria dos Municípios estão indo a caos, como é o exemplo, volto a dizer, do Município de Ivaiporã.

O Município de Ivaiporã investiu na campanha da sucessão do PMDB e hoje está no caos, falido, porque só uma das estradas para fazer a campanha do PMDB em Ivaiporã levou mais de 500 milhões, de conhecidos, e hoje o Prefeito não tem condição de pagar seus próprios funcionários.

O SR. OSWALDO TREVISAN -(Questão de Ordem)

Presidente, é com base no artigo 20 do Regimento Interno. Diz aqui o artigo 20: "São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento;

Item 6º - Interromper orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes Constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra"

Nós entendemos, Presidente, que o orador está se desviando da questão, está relembrando de fatos de campanha, portanto não é encaminhamento de votação, está dizendo que se cometeu assassinato.

Então com base neste inciso eu peço a V.Exa. que advirta o orador para que ele se encontre nos trilhos do encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Por enquanto o orador está nos trilhos, não há questão de ordem a decidir.

O SR. PAULO MAIA - A verdade dói e a verdade que eu estou dizendo eu não estou inventando. É o que o governo de V.Exa. botou nos jornais para ganhar voto. Esta é a verdade e que o governo de V.Exa. não está cumprindo e esta verdade está sendo trazida aqui e esta verdade machuca, e esta verdade cala fundo porque é o povo quem está se decepcionando.

Eu não fui eleito por verbas públicas, eu fui eleito com muita dificuldade. A verdade dói! Só que por esses tipos de atos é que quando se declara o político lá fora, se identifica o político ele é visto com esta imagem de enganador, como já disse, fui eleito com muitas dificuldades, por isso vou continuar lendo e registrando nesta Casa o que o Governo de V.Exa. utilizou para ganhar os votos dos servidores públicos que neste momento estão sendo desrespeitados, estão sendo preteridos do direito de ter uma previdência digna e em cima disso está se propondo um Fundão, que, com certeza, vai ter o mesmo destino e vai passar por esta Casa com a mesma democracia, a democracia da não discussão, a democracia da não participação, a democracia da imposição deve imperar também em cima deste Fundão que tem como objetivo fazer com que o governo lave as mãos da sua responsabilidade em relação à saúde.

Continua dizendo a carta do governo de V.Exa.: "Com Roberto Requião, Governador, isso vai mudar. Requião se compromete desde já, com o funcionalismo público do Paraná a repassar todos os meses os recursos devidos pelo Estado ao Instituto".

Isso é mentira Deputado Oswaldo Trevisan!

Eu gostaria que V. Exa. trouxesse do Governador Roberto Requião que publicou e isso nos jornais do Paraná, desmentindo o que ele disse.

Mais adiante: "Trata-se de um compromisso pessoal. É a palavra de Requião. Mais que isso, a saúde é ponto de honra no

programa de governo de Roberto Requião. "Se V.Exa. não é servidor, vá ao IPE na sua cidade e procure ver o atendimento que o servidor tem. Se V.Exa. não é servidor, procure saber com seus servidores qual é o tratamento que ele tem dentro do Instituto aqui em Curitiba ou Londrina."

E volto a frisar que se nosso Instituto não tivesse Jayme Paciornik e Sandi Luck, provavelmente isso aí já teria ido ao caos em situação pior do que está.

Mais adiante, diz o governo de V.Exa., que enganou o povo, que enganou os servidores públicos com esta carta, dizendo: "É a palavra de Requião, mais que isso, a saúde é o ponto de honra no programa de Governo de Roberto Requião."

Todos os municípios do Paraná têm dinheiro do Estado depositado mensalmente na conta do IPE serão atendidos pelo Instituto, isso faz um ano e meio, talvez no final do Governo Requião em 1994 esses servidores tenham atendimento; e com uma assistência médica de alta qualidade, voltarão a ser feitos internamentos, os exames laboratoriais e radiográficos; nenhum funcionário público ficará sem atendimento. E cuidar da saúde para quem trabalha para o Estado não custará absolutamente nada.

Hoje qualquer tipo de exame que se faça no Instituto de Previdência tem que ser pago, tem que ser pago uma parte porque o Instituto está caindo das pernas. Pois com esses recursos será possível ao IPE financiar o atendimento médico e seus beneficiários a custo zero. Rigorosamente de graça, saúde, um compromisso de Requião Governador. A volta dos recursos ao IPE, um melhor atendimento a todos os funcionários públicos.

Além disso a pensão será correspondente ao salário do funcionário ativo. Palavra de Requião, e nele você pode acreditar. É um grande número de funcionários públicos pensou ser verdade, e um grande número de funcionários públicos pensou que isso iria se transformar numa realidade.

Por isso Sr. Presidente. Srs. Deputados, votar pela derrubada desse Veto é questão de querer a moralidade do Governo que aí está.

Eu gostaria, Sr. Presidente, para registrar e destacar a iniciativa do nobre Deputado que infelizmente está ausente é o autor do Projeto, o que ele objetiva, só para citar e registrar nesta Casa. Tenho certeza que V.Exa. está com o funcionalismo.

Só para concluir, Sr. Presidente, quero registrar a grandiosidade da presença de espírito do Deputado Antônio Annibelli, que queria, e quer com o seu projeto regulamentar um dispositivo constitucional, e é esse dispositivo constitucional que em nome dos servidores do Estado do Paraná

nós estamos aqui trazendo ao conhecimento da Casa.

Trazendo esse tipo de conhecimento nós queremos alertar os servidores públicos do Paraná sobre a realidade de como as coisas aqui são decididas.

Eu não voto de cabresto, eu não voto amarrado, eu voto de cabeça erguida e voto com responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto, deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão SIM.

Os contrários à manutenção do Veto, deverão se manifestar, utilizando para a votação as cédulas que contêm a expressão NÃO.

O Senhor 1º Secretário procederá a chamada dos Senhores Deputados para a votação.

SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede Chamada Nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede aos Senhores Deputados que se mantenham em seus lugares, aguardando a chamada para votação devidamente aquietados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Continua a Chamada Nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 27 (vinte e sete) Senhores Deputados. Não há quórum para apreciação de veto. Transfiro a votação para segunda-feira, Sessão Extraordinária.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/90, Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei nº 257/89, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 068/89, que dispõe sobre o Orçamento do Estado para o exercício de 1990. Sem relatório da C.C.J.. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT Nº 268/89

Curitiba, 27 de dezembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 287/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei parcialmente o Projeto de Lei nº 257/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o orçamento anual do Estado para o exercício de 1990, tendo o veto parcial aposto incidido sobre os arts. 11, 12 e 13 e conseqüentemente, sobre os anexos deles dependentes.

O veto parcial aposto decorre do resultado de estudos técnicos realizados pelos setores competentes da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, segundo os quais, caso as partes vetadas, oriundas de emendas dessa augusta Assembléia Legislativa, fossem acolhidas, a "lei de Meios" para o exercício financeiro de 1990, não teria as indispensáveis condições de exequibilidade, eis que inviabilizaram importantes aspectos, como por exemplo, o relacionado com a vinda de recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, porque os respectivos contratos estabelecem normas rígidas para os repasses, prevendo sustação ou cancelamento, caso tais normas não sejam obedecidas. É importante destacar que a interrupção do fluxo desses recursos externos importará em sensíveis e irreparáveis prejuízos a várias obras atualmente em fase de execução, fato que, sem a menor sombra de dúvida, fere frontalmente os superiores interesses do povo paranaense.

Ademais, convém lembrar que os dispositivos vetados, ao cancelarem dotações da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e do Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, que possuem receitas de recolhimento descentralizado, implicariam no descumprimento de dispositivos legais reguladores da aplicação de tais recursos.

Também porque, ao alocar-se recursos para o programa de trabalho da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, entidade ainda não legalmente instituída, estar-se-ia ferindo o art. 33, item "c", da Lei Federal nº 4.320/64, e não levando em conta o contido no art. 59, parágrafo único, do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Estadual.

Por outro lado, entendo oportuno mencionar que em razão do veto parcial aposto, assim como do grande crescimento dos índices da inflação verificado nos últimos meses e das preocupantes previsões inflacionárias para os dois primeiros meses do próximo ano, cujos montantes, por certo, ficarão situados muito acima das projeções feitas, superando todas e quaisquer expectativas é bem possível que em breve estarei enviando a essa Casa de Leis, na forma prevista pelo art. 18 do projeto de exame, proposta de revisão da Lei Orçamentária em referência, para a qual, tenho certeza, contarei com todo o apoio desse Poder Legislativo.

Esses os motivos que me levaram a ve-

tar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 003/90, Veto Aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 379/89, de autoria do Tribunal de Justiça, que objetiva dar nova organização e denominação aos cargos integrantes da carreira de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado. Com Relatório da C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT Nº 14/90

Curitiba, 10 de janeiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 294/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 379/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os cargos de Assessor Jurídico integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, de que tratam as Leis nºs 8.672 e 8.673, ambas de 21 de dezembro de 1987, mantido o atual número, passam a constituir carreira especial, nos termos do art. 56 e seus parágrafos, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual com a denominação e vencimentos que especifica. Visa, ainda, adotar outras providências.

O plano de lei em exame foi vetado tendo em vista que a medida, se adotada pela forma como está lançada, viria obstaculizar o cumprimento dos mandamentos contidos no art. 39 da Magna Carta Federal, os quais determinam que a "União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas." Tal dispositivo consta reproduzido e adaptado no art. 33, da Constituição Estadual, dizendo textualmente que "o Estado e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas."

"Por outro lado, como o regime jurídi-

co único e os planos de carreira referidos estão em fase final de estudos pelos órgãos competentes da Administração, o projeto de lei ora examinado não poderia de forma alguma ser aceito, porque, caso contrário, estar-se-ia desobedecendo o princípio emanado das normas constitucionais antes mencionadas e assim impondo dificuldades nas medidas que tais estudos indicarem.

Esses os motivos que me levaram a vetar projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 379/89, encontra-se publicado no D.A. nº 115/89, de 11/12/89, em 1ª Discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 003/90

P A R E C E R:

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição apresentada, somos pela não manutenção do veto que não tem como persistir, com base na justificativa, que o originou e o embasa, haja vista que após cotejar os institutos legais invocados, concluímos, que a norma de trato geral, capitulada pelo artigo 39 da Magna Carta, não se contrapõe ou se incompatibiliza com a norma de trato específico expressa no artigo 56 da Constituição Estadual, ou mesmo com a reprodução do artigo 39, pelo texto Constitucional Estadual em seu artigo de nº 33, a "contrário sensu", se complementam e facilitam a implantação da norma geral, que para sua materialização, necessita do conhecimento prévio da extensão das funções, obrigações e direitos de cada categoria, que presta seus serviços na atividade, nominada funcionalismo público. Tanto o ocorre, que a nível do Poder Executivo, no que se fundamentou o Poder autor do Projeto de Lei Complementar, a abrangência de igual matéria, já foi tratada de forma correlata, procedendo-se à reformulação de seus quadros, em cumprimento a norma Constitucional, através da resolução conjunta nº 04/89, firmadas pelos Senhores Secretário de Estado da Administração e Procurador Geral do Estado, estando pois o precedente legal autorizado.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JUNIOR

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 073/90, VETO PARCIAL Aposto ao Projeto de Lei nº 232/90, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Quadro da Procuradoria Geral da Justiça. Sem Relatório da C.C.J. Encerrada a discussão.

OF/DTL/ Nº 83/90

Curitiba, 14 de maio de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 070/90, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 232/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reajustar, a partir de 1º de abril de 1990, em 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores da Procuradoria Geral da Justiça, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

O veto apostado incidirá sobre as disposições do art. 3º e seus parágrafos e do art. 4º.

A necessidade de veto aos dispositivos antes mencionados decorre do fato de que os mesmos, se acolhidos fossem, implicariam numa indiscutível situação de inconstitucionalidade, pois, face o veto parcial apostado, nesta data, ao Projeto de Lei nº 233/90, que trata do reajuste dos vencimentos dos funcionários do Poder Executivo, aqueles dispositivos estariam afrontando os mandamentos contidos no inciso X, do art. 37, da Magna Carta Federal e reproduzidos no inciso X, do art. 27, da Constituição Estadual, os quais determinam que a revisão geral da remuneração dos servidores públicos seja feita sem distinção de índices e sempre na mesma data.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 074/90, VETO PARCIAL apostado ao Projeto de Lei nº 234/90, de autoria do Tribunal de Justiça, que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, a

Curitiba, quinta, em 14.05.92

partir de 01.04.90. Sem Relatório da C.C.J. Encerrada a discussão.

OF/DTL/nº 64/90

Curitiba, 14 de maio de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 072/90, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 234/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reajustar, a partir de 1º de abril de 1990, em 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores do Poder Judiciário, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

O veto apostado incidirá sobre as disposições do art. 3º e seus parágrafos e do art. 4º.

A necessidade de veto aos dispositivos antes mencionados decorre do fato de que os mesmos, se acolhidos fossem, implicariam numa indiscutível situação de inconstitucionalidade, pois, face o veto parcial apostado, nesta data, ao Projeto de Lei nº 233/90, que trata do reajuste dos vencimentos dos funcionários do Poder Executivo, aqueles dispositivos estariam afrontando os mandamentos contidos no inciso X, do art. 37, da Magna Carta Federal e reproduzidos no inciso X, do art. 27, da Constituição Estadual, os quais determinam que a revisão geral da remuneração dos servidores públicos seja feita sem distinção de índices e sempre na mesma data.

Também em face do inciso XII, do mencionado art. 27, da Carta Estadual estabelecer que os vencimentos dos servidores dos demais Poderes "não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo", e, ainda, levando-se em conta a possibilidade do funcionalismo estadual obter reajustes remuneratórios acima dos índices fixados pela política salarial do Governo Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 075/90, VETO PARCIAL apostado ao Projeto de Lei nº 235/90, de autoria do Tribunal de Contas,

que dispõe sobre o reajuste dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores do Tribunal de Contas e dá outras providências. Sem Relatório da C.C.J. Encerrada a discussão.

OF/DTL/ N° 85/90

Curitiba, 14 de maio de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 073/90, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n° 235/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reajustar, a partir de 1° de abril de 1990, em 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores do Tribunal de Contas. O veto apostado incidiu sobre as disposições do art. 3° e seus parágrafos e do art. 4°.

A necessidade de veto aos dispositivos antes mencionados decorre do fato de que os mesmos, se acolhidos fossem, implicariam numa indiscutível situação de inconstitucionalidade, pois, face o veto parcial apostado, nesta data, ao Projeto de Lei n° 233/90, que trata do reajuste dos vencimentos dos funcionários do Poder Executivo, aqueles dispositivos estariam afrontando os mandamentos contidos no inciso X, do art. 37, da Magna Carta Federal e reproduzidos no inciso X, do art. 27, da Constituição Estadual, os quais determinam que a revisão geral da remuneração dos servidores públicos seja feita sem distinção de índices e sempre na mesma data.

Também em face do inciso XII, do mencionado art. 27, da Carta Estadual estabelecer que os vencimentos dos servidores dos demais Poderes "não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo", e, ainda; levando-se em conta a possibilidade do funcionalismo estadual obter reajustes remuneratórios acima dos índices fixados pela política salarial do Governo Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 089/90, VETO APOSTO ao Projeto de Lei n° 023/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli,

que estabelece critérios para liquidação de débitos do Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.), relativas às contribuições previdenciárias patronal. Com Relatório da C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão.

OF/DTL/ N° 124/90

Curitiba, 29 de maio de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 045/90, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n° 023/90, em razão dos motivos adiante expostos. Dispõe o autógrafo que os débitos do Estado relativos às contribuições previdenciárias existentes junto ao Instituto de Previdência do Estado serão liquidados, com correção monetária ou equivalente, em cento e oitenta prestações, divididos em parcelas mensais de igual valor e que, caso descumpridas tais condições, o débito será considerado vencido em sua totalidade.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre de pronunciamentos expendidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, os quais esclarecem que o Tesouro do Estado não tem condições para suportar os encargos provenientes da medida, que somariam aproximadamente quatrocentos milhões de dólares e, ainda, que inexiste qualquer possibilidade ou fonte de obtenção de recursos orçamentários nesse montante.

Por outro lado, vale frisar que o Estado, através de recursos do Tesouro, vem investindo expressivamente na área em que o IPE também atua, mencionando-se, como exemplo, os gastos com proventos de inatividade de funcionários estatutários - ressaltando-se que aposentadoria é uma das formas de previdência - cujas despesas atingiram, no mês de abril, 37% do valor total da folha de pagamento, ou seja, cerca de dois bilhões de cruzeiros.

Ainda, o Tesouro tem constantemente repassado verbas ao IPE. Isso tudo significa dizer que o montante desses encargos que o Estado vem assumindo suplanta o apontado débito para com o Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Esses motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituiu a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 23/90, foi publicado o D.A. nº 02, de 19.02.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 023/90

PROPOSIÇÃO Nº 089/90

VETO TOTAL

RELATORIO:

SOMULA: Estabelece critérios para liquidação de débitos do Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado - IPE, relativos às contribuições previdenciárias patronal.

Aprovado em Plenário, em data de 19 de abril de 1990, o Projeto de Lei nº 023/90, de autoria do ilustre Deputado Antônio Anibelli, foi encaminhado à apreciação do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado que, tempestivamente, vetou-o em sua totalidade.

O veto foi devidamente comunicado à Presidência desta Casa em data de 30 de maio de 1990, através do Ofício DTL/nº 124/90, protocolado sob o nº 4717 e, em forma de Proposição, foi atuado sob o nº 089/90.

Finalmente, a 06 de março de 1991, o veto foi encaminhado a esta Comissão para emissão do necessário parecer.

O veto do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado teve dupla fundamentação:

1. que o Tesouro do Estado não tem condições para suportar os encargos provenientes da medida, que somariam aproximadamente quatrocentos milhões de dólares;

2. que inexistente qualquer possibilidade ou fonte de recursos orçamentários nesse montante.

Acrescenta ainda o Sr. Governador, a título de argumentação, "que o Estado, através de recursos do Tesouro, vem investindo expressamente na área em que o IPE também atua", e que as verbas que o Tesouro tem repassado suplanta o apontado débito para com aquele Instituto de Previdência.

Em que pesem os fundamentos expendidos pelo Chefe do Executivo Estadual, o veto está em desacordo com o critérios estabelecidos e limites fixados pelo § 1º do art. 71, da Constituição Estadual, e que deverão ser observados pelo Sr. Governador quando pretender apor o seu veto a autógrafos editados pela Assembléia Legislativa.

No caso, a justificativa governamental não preenche as exigências legais. A inconstitucionalidade sequer foi argüida, mesmo porque inexistente, já que o projeto visa exatamente dar cumprimento ao que foi determinado pelo art. 38, das Disposições Transitórias da Constituição Estadual. Igualmente, o veto governamental não se

Curitiba, quinta, em 14.05.92

baseou em circunstâncias que pudessem ser consideradas como contrárias ao interesse público, mesmo porque o pagamento de suas dívidas previdenciárias - como de resto qualquer outra, é um dever e uma obrigação do Estado.

Se esse dever e essa obrigação existem deverão ser cumpridas, não só por seu efeito econômico, mas também e principalmente, por seu efeito ético, como aliás muito bem ressaltou o eminente autor do projeto, quando da apresentação de sua justificativa.

Nestas condições, opinamos no sentido de que esta egrégia Comissão, pela totalidade de seus ilustres membros, emita parecer no sentido de que o veto governamental seja rejeitado.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 164/90, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 156/90, de autoria da Deputada ARIALBA FREIRE, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar Centros Integrados de Educação Pública, conforme especifica. Sem relatório da C.C.J. - Encerrada a discussão.

OF/DTL/Nº 279/90

Curitiba, 04 de outubro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 232/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 156/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a implantar Centros Integrados de Educação Pública - CIEP's, como unidades especiais de ensino de 1º grau, integrantes das redes mantidas pela Secretaria de Estado da Educação e pelas Secretarias Municipais de Educação.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre de pronunciamento expendido pela Secretaria de Estado da Educação que, embora reconhecendo os aspectos louváveis da medida, entende que a implantação de tais unidades integradas de ensino deverá ser precedida de aprofundados estudos conjuntos entre órgãos do Estado e dos Municípios, além da indicação dos recursos orçamentários que se fizerem necessários para sua execução.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 156/90, encontra-se publicado no D.A. nº 26, de 26.03.90).

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 039/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 047/91, de autoria do Deputado ALGACI TOLIO, que isenta os maiores de sessenta e cinco anos do pagamento das taxas de expedição de segunda via de certidões de nascimento, casamento e óbito. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. - Encerrada a discussão.

OF/DTL/Nº 159/91

Curitiba, 13 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 068/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 047/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo isentar do pagamento de taxas, selos e emolumentos para expedição de segundas vias de Certidões de Nascimento, Casamento ou Óbito, os maiores de sessenta e cinco anos, residentes em território paranaense.

O não acolhimento ao plano de lei em exame, decorre de pronunciamento expedido pelo Poder Judiciário, através da Corregedoria-Geral da Justiça, cujo texto, constituindo razões para o veto ora apostado, segue, em anexo, por cópia autêntica.

Não obstante os enfoques do parecer antes mencionado, da Corregedoria-Geral da Justiça, há que se levar em conta os aspectos de inconstitucionalidade de que se reveste a medida, pois fere os princípios elencados nas alíneas "c" e "d", do art. 101, da Constituição Estadual, os quais conferem ao Tribunal de Justiça a competência privativa para início do processo legislativo de leis que versem sobre remuneração dos serviços auxiliares do Poder Judiciário, assim como sobre matérias atinentes à organização judiciária, como tipifica-se o projeto agora vetado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 047/91, encontra-se publicado no D.A. nº 16, de 11.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO nº 039/91

P A R E C E R:

Em analisando a proposição-veto supra, oriunda do Poder Executivo, comunicada a esta Casa de Leis, através do Ofício DTL/159/91, objetivando vetar o Projeto de Lei nº 47/91, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, que isenta maiores de sessenta e cinco anos do pagamento das taxas de expedição de segundas vias de certidões de nascimento, casamento e óbito. Sob os aspectos legais, constitucionais e regimentais, nenhum óbice encontramos, verificando ainda estar a mesma, em conformidade com o que prescreve os arts. 71 e parágrafos da Constituição Estadual, e 215 e parágrafos, do Regimento Interno da Assembléia.

Nestas condições é o parecer favorável pela apreciação da matéria pelo egrégio Plenário, nada obstando a sua normal tramitação legislativa.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

JUSTIFICATIVA:

Tem esta proposta o sentido de isentar os paranaenses, maiores de sessenta e cinco anos, do pagamento de taxas, selos e emolumentos quando da expedição de segunda via das Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito.

O que nos inspirou na apresentação deste projeto, foi a necessidade de buscar a eliminação dos obstáculos colocados à efetivação dos direitos desse segmento, garantidos na Constituição.

Recentemente foi promulgada Lei Estadual isentando os idosos do pagamento da taxa para a confecção de Cédula de Identidade, a fim de garantir esse propalado acesso. Contudo, isto não eliminou os custos impostos a esses cidadãos - muitos dos quais aposentados recebendo míseras pensões e aposentadorias.

As certidões são exigências do Instituto de Identificação para confecção da nova cédula instituída por Portaria do ex-Presidente José Sarney, destinadas aos maiores de sessenta e cinco anos.

Conceder essa gratuidade defendida no projeto é garantir a inteireza das conquistas desse contingente da população, estranhamente condicionadas à confecção de um novo documento.

Parece-nos que, conceder esta isenção, é efetivar o compromisso que nós, Parla-

mentares, temos com a promoção da pessoa idosa, facilitando-lhe o acesso aos seus direitos, principalmente àqueles que nós mesmos, em Assembléia Constituinte, asseguramos.

E a justificativa.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 040/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 086/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapira, Estado do Paraná, os imóveis urbanos que especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT nº 160/91

Curitiba, 14 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 063/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso VII, e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 86/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tapira, os lotes de terras nºs 16, da Quadra 26 e 05, da Quadra 16, da Planta Oficial daquela cidade, havidos pelo Estado do Paraná, conforme Sentença Judicial proferida pelo juízo da Comarca de Cidade Gaúcha, nos autos de Arrecadação de Bens nº 550/80.

A negativa da sanção ao Plano de Lei em exame decorre do fato de que, segundo informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Administração, a medida não é oportuna, nem consulta aos superiores interesses públicos em vista da possibilidade de os questionados imóveis virem a ser utilizados pela própria Administração Estadual, sediando repartições suas naquele Município.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituiu a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 86/91, foi publicado no D.A. nº 23, de 20.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 86/91

P A R E C E R:

Examinando a Proposição nº 40/91, veto

Curitiba, quinta, em 14.05.92

aposto ao Projeto de Lei nº 86/91, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, que visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tapira, os lotes de terras nºs, 16, da Quadra 26, e 05, da Quadra 16, da Planta Oficial daquela cidade, havidos pelo Estado do Paraná, conforme autos de Arrecadação de Bens nº 550/80.

Verificamos que o veto ocorreu em concordância absoluta com o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

O que ocorreu na redação da Proposição nº 40/91, foi um equívoco datilográfico com respeito a competência privativa do Governador, que apontou o art. 47, quando na verdade o artigo correto seria o art. 87, o que está implícito na redação da justificativa.

Por tais fatos, consideramos estar a presente Proposição em condições de ser apreciada pelo Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 041/91, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 055/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que cria estímulos fiscais e creditícios a empresas que preencham, no mínimo 10% de seus quadros de pessoal com menores carentes e deficientes físicos, na forma que especifica. Com relatório da C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão.

OF/DTL/Nº 163/91

Curitiba, 21 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 086/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 055/91, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo a concessão de benefícios fiscais e estímulos creditícios a empresas que preencham, no mínimo 10% de seus quadros de pessoal com menores carentes e deficientes físicos e sensoriais, encaminhados por instituições mantidas pelo Poder Público Estadual.

O Plano de Lei em exame, embora reconhecida sua meritória preocupação para

com os menores carentes e os deficientes físicos, não pode merecer acolhimento em razão do fato de que, pela forma ampla e genérica como está posto, torna-se indiscutivelmente inconstitucional, porque fere o mandamento contido no art. 155, inciso XII, letra "g", da Magna Carta, segundo o qual cabe a lei complementar "regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados".

Vale frisar, pela já apontada generalidade da medida, que, com relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, a vigente Lei Complementar Federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, determina que isenções do referido imposto dependem de deliberação unânime dos Estados, através do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, vinculando ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MARIO PEREIRA

Governador do Estado

em exercício

(O Projeto de Lei nº 55/91, foi publicado no DA. nº 18, de 13.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO INTEGRAL AO PROJETO DE LEI Nº 055/91

PROPOSIÇÃO Nº 041/91

P A R E C E R:

Procedemos a devida análise, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, do Veto Integral aposto pelo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 055/91, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, que cria estímulos fiscais e creditícios a empresas que preencham, no mínimo 10% de seus quadros de pessoal, com menores carentes e deficientes físicos, na forma que especifica.

O veto governamental deu-se na observância dos prazos constitucionais, merecendo, para tanto, a análise deste Poder Legislativo, cabendo ao Plenário manifestar-se sobre o mérito da questão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 18, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 001/90, 003/90, 073/90, 074/90, 075/90, 089/90, 164/90, 039/91, 040/91 e 041/91.

Levanta-se a sessão.